

507 *acritica*
28/2/77 AS
Waimiri Atroari

Ibama pode proibir construção de estrada

O novo empreendimento do Grupo Paranapanema, em Presidente Figueiredo, é visto como uma ameaça à Reserva Biológica de Uatumã

Wilsa Freire

PRESIDENTE FIGUEIREDO — A Reserva Biológica de Uatumã, ligada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), entrou ontem na polémica sobre a construção de uma nova estrada para escoar a produção da Mina do Pitinga, do Grupo Paranapanema, em Presidente Figueiredo.

Na audiência pública realizada ontem pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), em Presidente Figueiredo, chegou-se à conclusão de que além da licença do órgão estadual, o novo empreendimento da Paranapanema também terá de passar pelo parecer técnico do Ibama, que ontem mesmo, extra-oficialmente, já se pronunciou contra a construção da estrada.

De acordo com a resolução n° 013 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) todo e qualquer empreendimento que passe a uma distância de no mínimo dez quilômetros da reserva, precisa do licenciamento do Ibama. Pelo traçado da empresa de mineração, são menos de dois quilômetros que separam a reserva biológica do novo empreendimento. Os impactos previstos pelo coordenador do Grupo de Unidades de Conservação do Ibama, Angelo Lima, são incalculáveis, tanto para os uaimiri-atroari quanto para a Rebio.

O principal problema, segundo ele, está na possibilidade de haver o assentamento de famílias ao longo da estrada. "É evidente que a construção de uma estrada traz impactos ambientais claros. É uma visão purista dizer que pode haver controle quando sabemos que a migração de famílias é facilitada com a construção de qualquer estrada", enfatizou Angelo Lima, dizendo que o parecer do Ibama deverá sair daqui a uma semana.

A mesma ressalva foi feita pelo representante da empresa de consultoria EcoJus, responsável pelo Relatório de Impacto do Meio Ambiente (Rima), Roberto Vieira. Mesmo explicando ser desastrosa a colonização da área, Vieira acredita ser possível haver a proibição dos assentamentos.

A Reserva Biológica de Uatumã foi criada em 1990 com o objetivo de proteger os recursos naturais que só existem naquela área. Trata-se de uma parte do patrimônio genético da Amazônia distribuído em 560 hectares de terra. Não é permitida a visitação, daí porque a preocupação redobrada do Ibama em relação à estrada. "Temos ali, atributos relevantes da biodiversidade que não encontramos em lugar algum", explica Angelo Lima.

Segundo o pesquisador, o rio Pituinga, que atravessa parte da Unidade de Conservação, também já está sendo poluído pelos detritos da cassiterita retirados pela mineradora. "Não queremos impedir o desenvolvimento, mas apenas garantir que as normas de proteção ambiental sejam seguidas", concluiu.



Porfírio Carvalho (à direita) aponta falhas no projeto do grupo

Paranapanema defende obra

O Grupo Paranapanema levou para audiência pública de ontem vários argumentos para a construção da nova estrada entre Pitinga e BR-174. O principal deles, no entanto, são as potencialidades da Mina do Pitinga, que detém hoje cerca de 50% da produção nacional, colocando o País entre os maiores produtores de cassiterita (estanho) do mundo.

A idéia de se construir a nova estrada, orçada em R\$ 1 milhão, segundo o gerente da Mineração Taboca, Aroldo Garcia, veio no final do ano, logo depois que os uaimiri-atroari fecharam a estrada que hoje liga a Vila de Pitinga à BR-174, dentro da reserva indígena.

A expectativa da empresa é de que os investimentos sejam cres-

centes na Mina do Pitinga, como a exploração do estanho contido na rocha sã (rocha dura), além dos projetos para aproveitamento econômico de nióbio e tântalo, outros minerais encontrados na área.

"As potencialidades da mina são maiores do que hoje é explorado", explica Aroldo Garcia. "Se hoje já causamos perturbação aos índios, esta preocupação deverá ser ainda maior nos próximos anos. A construção de uma estrada alternativa reduziria esses impactos".

Além dos índios, a Paranapanema também voltou a falar do direito de ir e vir dos 2.600 moradores que hoje vivem na Vila de Pitinga, assim como também da geração de impostos para Presidente Figueiredo e para o Estado. (W.F.)

Audiência pública mostra todos os lados

A audiência pública realizada ontem em Presidente Figueiredo conseguiu expor problemas e dificuldades enfrentados por todos os envolvidos no impasse próximo à reserva indígena.

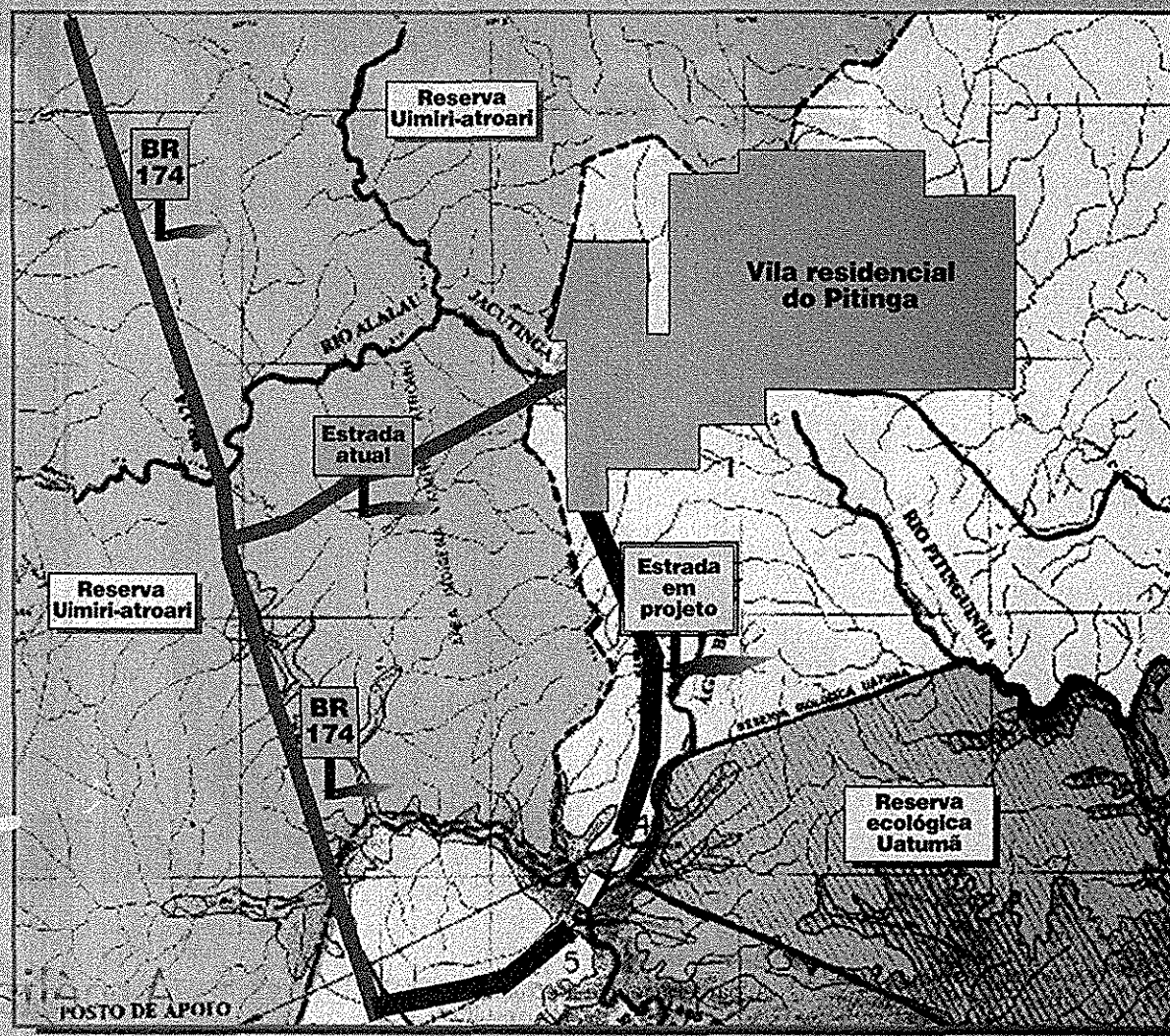
Os índios uaimiri-atroari, por exemplo, levaram 12 representantes que fizeram questão de expor a opinião sobre o empreendimento da Paranapanema. Ora falando na língua uaimiri, ora em português, os índios foram claros quanto ao que queriam. Reclamaram da poluição provocada pela mineradora, da falta de consideração com as tribos indígenas ainda não

contactadas que vivem na área onde a nova estrada será construída e, mais do que isso, voltaram a reivindicar a extensão de terra que teria sido suprimida em um acordo feito sem o consentimento dos índios.

O indigenista Porfírio Carvalho e o gerente do Programa dos Waimiri-Atroari, Márcilio Cavalcante também falaram em favor dos índios. "Não há indenização no mundo que pague os prejuízos causados pela mineração", afirmou Porfírio, defendendo a tese de que a terra pertence aos uaimiri-atroari.

As outras questões levantadas pelos representantes do Ministério Público faziam referência à necessidade de aprofundamento do Relatório de Impacto do Meio Ambiente (Rima). Para o promotor do Meio Ambiente, Roger Oliveira, é preciso haver um estudo prévio para se confirmar a existência das tribos indígenas ainda não contactadas e também prever o impacto que deverá sofrer a aldeia uaimiri, situada no limite do traçado atual da estrada, mas que não foi sequer levada em conta no Relatório de Impacto Ambiental. (WF)

Onde a Paranapanema quer construir a estrada



Guidotti pede demarcação

Ao definir como histórica a realização da audiência pública por causa dos uaimiri-atroari, o coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH-CNBB Norte I), padre Humberto Guidotti, defendeu a imediata demarcação das terras indígenas, respeitando-se a ocupação tradicional das tribos. Contrário a abertura de mais uma estrada na reserva indígena pela Paranapanema, ele lembra a história oficial que incutiu na sociedade um conceito contrário aos uaimiri.

"Antes de reagirem com violência, eles sofreram muitos massacres", afirmou o padre. Ele disse ter ouvido testemunhos de trabalhadores contratados na época da abertura da Manaus-Caracará, para matar os índios. "A história dos uaimiri é de crueldade praticada pelos brancos". Segundo o coordenador, o nível de maturidade e capacidade de reivindicação dos direitos dos índios é o resultado do trabalho de apoio dado pela

Igreja Católica e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Para Guidotti, a realização da audiência pública é um passo muito grande. "Que a sociedade se acostume a tratá-los respeitando os seus direitos, porque essa categoria de brasileiros não eram sequer cidadãos na Constituição anterior", aconselha. Os tempos

mudaram, diz o padre, considerando importante e oportuna a preocupação com o meio ambiente, manifestada pelos indígenas e a luta contra a empresa mineradora. "Os brancos contaminam o rio, espantam as caças e provocam desmatamentos", afirma.

Guidotti considera importante fazer justiça aos uaimiri-atroari no que se refere ao perfil violento com o qual a sociedade foi acostumada a identificá-los. "Antes de julgá-los assim, é preciso saber o quanto eles foram agredidos, humilhados, assassinados, até que reagiram da mesma forma, com violência", finalizou.

O coordenador do CDDH diz que a história dos uaimiris é marcada pela crueldade dos brancos

Índios já fizeram protesto

Desde o início da década de 80, a utilização das terras dos uaimiri-atroari pela empresa Paranapanema para escoar o minério cassiterita da Mina de Pitinga é uma fonte de descontentamento para os índios.

No ano passado, eles tomaram uma atitude de protesto. Sem receber o dinheiro acertado em acordo promovido através da Fundação Nacional do Índio (Funai), para pagamento de pedágio pela passagem na reserva houve uma reação. No dia 5 de outubro fecharam a passagem entre a mina e a reserva, exigindo o pagamento. Armados de flexas e bordunas, 110 índios se revejavam no local, montando um posto de vigilância durante 24h.

Depois de resistir, a empresa rendeu-se aos valores cobrados, 0,5% da produção, mais R\$ 30 mil fixos, mensais. Inicialmente, o valor acertado era de R\$ 17 mil, mas os índios não viam a cor do dinheiro. Reclamaram, mas não tiveram resposta. E aí decidiram fechar a estrada.

Os uaimiri-atroari reivindicam

a posse das terras da Mina de Pitinga para o seu povo. Dizem que o Decreto 86.630/81, reduziu seu território para 2,5 milhões de hectares e que a Funai os enganou, permitindo o desmembramento das terras e deixando uma área para ocupação da Paranapanema. Com essa demarcação eles perderam terras ocupadas imemorialmente pelo seu povo, para a mina, a Hidrelétrica e a Eletronorte. Outra preocupação é quanto a destruição que será deixada pela empresa. Experimentando nos últimos anos o crescimento da população que ficou reduzida para pouco mais de 300 pessoas, eles temem pelas futuras gerações.

E pensando nisso que eles cobram o pedágio e economizam dinheiro, diz o gerente do Programa Uaimiri-Atroari, Márcilio Cavalcante. Esse projeto, criado pela Eletronorte para reparar os danos provocados pela Hidrelétrica de Balbina, tem sido responsável por uma política de saúde, educação e meio ambiente que tem produzido bons frutos.